



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

## **ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2017**

Ao vigésimo dia do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda número cento e seis, terceiro andar, Centro, Rio de Janeiro. Presentes os conselheiros Marcelo Pereira Haddad, no exercício da Presidência, Márcio José de Oliveira Azevedo, no exercício de Secretário, e Mila Braga de Lima, conselheira suplente. Esteve ausente a conselheira Mariléa Lúcio Ormond. Verificada a presença de quórum, instalou-se a reunião com a seguinte pauta: **Item Um. Aprovação dos balancetes de março e abril de dois mil e dezessete. Item Dois. Apresentação das ações para os questionamentos feitos na reunião anterior. Item Três. Auditoria de Benefícios. Item Quatro. COMPREV.** O diretor-presidente do Rioprevidência, senhor Reges Moisés dos Santos, deu as boas-vindas a todos. A reunião iniciou-se com o **Item Dois**. O presidente do Conselho Fiscal, conselheiro Marcelo Pereira Haddad, pediu aos representantes do Rioprevidência que apresentassem as repostas das demandas ao CONFIS. O coordenador de Compensação Previdenciária, senhor Jorge Luís Correa dos Anjos, apresentou levantamento da quantidade de servidores do Estado do Rio de Janeiro que se encontram nos casos de averbação de tempo de contribuição sem a compensação financeira, por serem originários de outros Regimes Próprios de Previdência, situação que ainda não está prevista em lei. De acordo com o senhor Jorge Luís dos Anjos, de janeiro a maio de dois mil e dezessete o Rioprevidência possuía mil setecentos e cinquenta processos passíveis de compensação com o Regime Geral de Previdência Social, e duzentos e noventa e um processos com averbação de outros RPPS, o equivalente a dezessete por cento do total. O conselheiro Marcelo

Folha 1 de 3

Haddad perguntou o que poderia ser feito politicamente para alterar essa questão de compensação previdenciária entre Regimes Próprios, para que ocorra a compensação financeira além da averbação do tempo de serviço. O diretor-presidente do Rioprevidência explicou que, por não haver regulamentação e por envolver mais de duas mil prefeituras municipais e outros Estados, não há interesse político na solução desta questão de COMPREV. O gerente de Controladoria, senhor Milton Gusmão do Nascimento, informou que o registro de passivo no plano previdenciário referente ao décimo terceiro salário tem sido feito porque há orçamento, e acrescentou que encaminhará o roteiro de contabilização da receita aos conselheiros. Com relação ao plano financeiro, o gerente de Controladoria do Rioprevidência disse que foi solicitada à Superintendência de Normas Técnicas a criação de itens de operações patrimoniais, os quais permitiram que fossem feitos registros da competência de janeiro a maio de dois mil e dezessete. O conselheiro Márcio José Azevedo perguntou se o repasse da contribuição do Detran-RJ era feito diretamente para a conta do Rioprevidência. O diretor-presidente disse que atualmente o Rioprevidência encaminha ofício àquela autarquia, de acordo com a lei, solicitando o repasse dos valores a uma conta segregada aberta pelo Rioprevidência, e que o Detran-RJ calcula o valor e o repassa mensalmente ao Fundo, mas que ainda não há um controle do cálculo desses valores junto à SEFAZ, que detém os números totais de arrecadação do Detran-RJ. O conselheiro Marcelo Haddad solicitou que fosse apresentado ao Conselho Fiscal o ofício encaminhado à SEFAZ. As demais dúvidas relacionadas à contabilidade, à tesouraria e aos imóveis foram solucionadas durante a reunião. O presidente do CONFIS sugeriu que o Rioprevidência realizasse a segregação dos participantes do fundo financeiro em grupos para fins de estudo. O coordenador de Atuária do Rioprevidência, senhor Rodrigo Ribeiro da Luz mencionou que, atualmente, os grupos que mais oneram o fundo são o de servidores públicos que já faziam parte da Administração antes da publicação da Emenda Constitucional número quarenta e um, de dois mil e três, os quais têm paridade com ativos garantida por lei, e os militares. O senhor Reges dos Santos informou que a intenção do Rioprevidência é realizar estudos sobre os grupos que têm direito à aposentadoria especial.

**Item Um.** Os balancetes de março e abril de dois mil e dezessete foram aprovados pelos conselheiros presentes. As apresentações dos **Itens Três e Quatro** foram adiadas para a próxima reunião deste Conselho. **Item Extrapauta Um.** O presidente do Conselho Fiscal sugeriu que as receitas que constam nos relatórios de gestão contábil fossem detalhadas, visando ao entendimento pelo público externo, e que fosse contratado um agente custodiante para aplicações financeiras, visando resguardar o Rioprevidência, embora o Fundo não tenha carteira própria e não haja obrigação legal. Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Fiscal, conselheiro Marcelo Pereira Haddad, em comum acordo com os demais membros, encerrou a reunião, e eu, Márcio José de Oliveira Azevedo, lavrei a presente ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

**Marcelo Pereira Haddad**  
Presidente

**Márcio José de Oliveira Azevedo**  
Secretário

**Mila Braga de Lima**  
Membro Suplente